



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CNPJ/Mf nº. 87.990.800/0001-85, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JUSSARA MARIA DA SILVA**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e **XXXXXXXXXXXXXXX**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, estabelecido na, nº., CEP XX.XXX-XXX, Bairro, na cidade de, a seguir denominada CONTRATADA, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e ao Decreto Municipal nº 7.589 de 27 de dezembro de 2022, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviço, relativo originário do Pregão Eletrônico 028/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Licitação constitui-se na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para veículos, visando à cobertura da frota pertencente à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS do Município de Cachoeirinha/RS, conforme edital do Pregão Eletrônico e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

- 2.1.** Ficam conferidas ao CONTRATANTE as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº. 14.133/21, sendo que os casos omissos serão resolvidos na forma disciplinada pelo artigo 89 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 2.2.** Aplicam-se ao presente instrumento o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, bem como o disposto no Edital de nº. /2026, seus anexos e supletivamente, as regras de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

- 3.1.** A execução do objeto consistirá na prestação de serviços de seguro veicular para os veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
- 3.2.** A empresa contratada deverá emitir apólice de seguro com cobertura total para os veículos indicados pela contratante, contemplando as coberturas previstas no Termo de Referência.
- 3.3.** A execução do contrato deverá observar as seguintes condições:
- 3.3.1.** Emissão da Apólice:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

3.3.1.1. A apólice de seguro deverá ser emitida e entregue à contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, contendo todas as coberturas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.3.2. Vigência do Seguro

3.3.2.1. O seguro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de início da cobertura indicada na apólice.

3.3.2.2. O contrato será firmado pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo.

3.3.2.3. Durante a vigência contratual, o objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos limites legais, bem como inclusão de itens, desde que devidamente justificados e formalizados por meio de termo aditivo, conforme previsto na legislação vigente.

3.3. Atendimento em Caso de Sinistro

3.3.1. Em caso de ocorrência de sinistro envolvendo os veículos segurados, a contratada deverá disponibilizar atendimento imediato, garantindo assistência e orientação quanto aos procedimentos necessários para abertura e acompanhamento do processo de indenização.

3.3.2. Assistência 24 Horas

3.3.3. A contratada deverá disponibilizar serviço de assistência 24 horas, durante todos os dias da semana, em todo o território nacional, incluindo, no mínimo:

3.3.3.1. Serviço de guincho ou reboque;

3.3.3.2. Socorro mecânico emergencial;

3.3.3.3. Serviço de chaveiro;

3.3.3.4. Transporte dos ocupantes do veículo, quando necessário.

3.4. Inclusão, Substituição ou Exclusão de Veículos

3.4.1. Durante a vigência do contrato, poderá ocorrer a inclusão, substituição ou exclusão de veículos, mediante solicitação formal da Administração, sendo que tais alterações deverão ser realizadas por meio de endosso na apólice, com os devidos ajustes proporcionais no valor do prêmio.

3.5. Atendimento e Suporte

3.5.1. A contratada deverá indicar preposto ou representante, responsável pelo acompanhamento do contrato, que deverá manter contato permanente com a Administração para atendimento de solicitações, esclarecimentos e encaminhamento de demandas relacionadas ao seguro.

3.6. Cobertura Territorial

3.6.1. A cobertura do seguro deverá ser válida em todo o território nacional, garantindo atendimento sempre que necessário.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

3.7 A prestação de serviço do presente contrato será executada de acordo com sua especificidade, dispostas no Termo de Referência e anexos do edital.

3.8. COBERTURAS MÍNIMAS

Serão consideradas as seguintes coberturas:

- a) Danos Materiais a Terceiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Danos Corporais a Terceiros. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- c) Dano Moral: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- d) Morte/ Invalidez: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e;
- e) Assistência 24 Horas com guincho até 200 km (duzentos quilômetros).

3.9. O seguro deverá contemplar cobertura para os veículos descritos no Termo de Referência, incluindo, no mínimo:

- 3.9.1.** Cobertura contra roubo ou furto total ou parcial;
- 3.9.2.** Danos causados por colisão, abalroamento, capotamento ou queda;
- 3.9.3.** Cobertura contra incêndio e explosão;
- 3.9.4.** Danos provocados por eventos da natureza, como enchentes, alagamentos, granizo e vendavais;
- 3.9.5.** Danos causados por queda de objetos ou agentes externos sobre o veículo;
- 3.9.6.** Danos ocorridos durante tentativa de roubo ou furto;
- 3.9.7.** Cobertura para danos materiais e corporais a terceiros;
- 3.9.8.** Cobertura para danos morais;
- 3.9.9.** Cobertura para morte ou invalidez dos ocupantes;
- 3.9.10.** Assistência 24 horas, com serviços de guincho, socorro mecânico e chaveiro;
- 3.9.11.** Cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O Município pagará à contratada a importância constante no Termo de Homologação do Pregão, de acordo com o respectivo tipo de serviço prestado.

ITEM	PLACA	VEÍCULO	ANO MODELO	RENAVAN	CHASSI	VALOR
1	PBQ9E50	VW /NEOBUS TH O	2019/2020	01186062913	9532M52P9LR002507	
2	IYV - 5168	RENAULT/MASTER TRAN ESC	2018/2019	01166476283	93YMEN4XEKJ528092	
3	IYO - 5554	FORD/KA SE 1.5 HA B	2017/2018	01154671248	9BFZH55J6JB105133	
4	IYO - 5565	FORD/KA SE 1.5 HA B	2017/2018	01154670667	9BFZH55J8J8092899	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5	IVQ - 1475	CHEV/SPIN 1.8 MT LTZ	2014/2014	01010887154	9BGJC75Z0EB290142	
6	JAA - 9G71	RENAULT/MASTER FUR- GÃO L3H2	2019/2020	01229550396	93YMAF4XELJO37472	
7	JCN - 1E12	RENAULT/MASTER FUR- GÃO L2	2022/2023	01379069979	93YF6200XPJ516116	
8	JCW4I90	CAMINHONETE STRADA CAB/DUPLA	2024/2025	01401740364	9BD281BLHSYF64906	
9	JDN - 3B22	RENAULT/MASTER MARIN	2024/2025	01436568630	93YF620045J176664	
10	TRB-0E30	FIAT CRONOS PRECISION 1.3 AT	2025/2026	01483194296	8AP359AHVTU492828	

CLÁUSULA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Administração à empresa contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução do serviço.

5.2. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal pela Administração, desde que atendidas todas as condições contratuais.

5.3. A Prefeitura poderá condicionar o pagamento da prestação, a qualquer tempo, mediante o comprovante da regularidade da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, GFIP.

5.4. Para fins de pagamento, será exigida a apresentação da regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal (da sede da empresa e com o município de Cachoeirinha) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O pagamento fica condicionado à apresentação total da regularidade anteriormente citada.

5.5. Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

5.6. Tendo sido impostas penalidades à Contratada, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado da garantia eventualmente concedida, ou, em sendo insuficiente esta, do pagamento mensal devido.

5.7. Não haverá antecipações de pagamentos.

5.8. Todo e qualquer pagamento poderá ser susinado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, multas, juros e/ou correção monetária:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5.8.1. Desacatada qualquer determinação expressa, escrita e assinada, da fiscalização contratual;

5.8.2. Havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no contrato e/ou seus aditivos.

5.9. Os pagamentos feitos pela contratante não isentam a contratada de qualquer responsabilidade.

5.10. À contratada, é vedado negociar/efetuar a cobrança e/ou o desconto de eventuais títulos cambiais emitidos em decorrência do ajuste, na rede bancária ou com terceiros, eis que permitida somente a cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na Tesouraria da contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço do contrato será reajustado anualmente e será efetivado nos termos da apólice emitida pela seguradora contratada, mediante expressa e fundamentada solicitação da CONTRATADA, a qual será dirigida ao Gestor do Contrato via Protocolo Digital e, acaso aprovada por este e pela(o) Secretária(o) Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), efetivado por termo de apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. A execução do serviço será considerada devidamente realizada após:

7.1.1. A emissão e entrega da apólice de seguro contendo todas as coberturas contratadas;

7.1.2. A confirmação da vigência da cobertura securitária para os veículos indicados pela Administração;

7.1.3. A verificação, pelo gestor ou fiscal do contrato, de que as condições previstas no contrato foram integralmente cumpridas.

7.2. O objeto do contrato será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, pelo gestor e pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.2.2. Definitivamente, pelo gestor – em conjunto com o fiscal do contrato – e o secretário da pasta, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

7.5. Os testes e as demais provas para aferição da boa execução da prestação do serviço do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

7.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA, após assinatura do contrato, assumirá, imediatamente, a execução do serviço;

8.2. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto deste Edital, de acordo com as especificações estipuladas pelo MUNICÍPIO no Termo de Referência e demais anexos;

8.3. Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos necessários;

8.4. Cumprir, fielmente, todas as estipulações das Especificações Técnicas constantes no Termo de Referência (ANEXO I do Edital), sob pena de se sujeitar às multas estabelecidas;

8.5. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual;

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

8.7. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

8.8. Comunicar o Município qualquer ocorrência que possa impedir a prestação de serviço do objeto contratual;

8.9. Refazer às suas expensas, todo o serviço inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização do MUNICÍPIO, sem alteração do prazo de execução do contrato;

8.10. Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste Contrato;

8.11. Fazer prova junto ao MUNICÍPIO, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.12. Responsabilizar-se, exclusiva e integralmente, por todas as despesas diretas e indiretas, mão de obra, máquinas e equipamentos, a utilização de pessoal para execução dos respectivos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultados do vínculo empregatício, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial;

8.13. Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços relativos aos serviços contratados;

8.14. Não proceder qualquer modificação não prevista no edital e seus anexos, sem consentimento prévio e por escrito do MUNICÍPIO;

8.15. O MUNICÍPIO não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA relativa às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;

8.16. Responder, perante o MUNICÍPIO, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer serviço, objeto deste Edital;

8.17. Obrigar-se, após notificação expedida pelo MUNICÍPIO, a reparar ou substituir parte do serviço que apresentar qualquer dificuldade correndo as suas expensas todas às despesas decorrentes;

8.18. Assumir integralmente responsabilidade por qualquer problema decorrente da má prestação dos serviços ou por erro de seus profissionais durante a execução do objeto contratual;

8.19. Assumir todas e quaisquer responsabilidades trabalhistas e Previdenciárias com pessoas ligadas a CONTRATADA que prestarem os serviços que integram o objeto do contrato, competindo-lhe, exclusivamente, tais obrigações;

8.20. Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;

8.21. Durante a vigência contratual para fins de liquidação de empenho e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar relação nominal de empregados e suas respectivas funções na prestação do serviço público, as rescisões e as novas contratações de empregados quando exigidas em lei e a relação de pagamentos coincidentes com os empregados para a execução do serviço e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS;

8.22. Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.

8.23. Arcar com despesas e indenizações provenientes de ações judiciais provocadas pelos funcionários seja qual for o motivo gerador da referida ação;

8.24. Qualquer colaborador pertencente à CONTRATADA, que a critério da fiscalização, demonstrar incapacidade técnica ou se portar inconvenientemente, criando dificuldades para o bom andamento dos serviços, deverá ser substituído dentro de 48 horas, contadas da data da notificação por escrito;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.25. Todo e qualquer serviço que, a critério da fiscalização, for julgado executado em desacordo com as especificações ou que não tiver boa qualidade de execução, quer seja em relação aos materiais aplicados, quer quanto à mão de obra empregada, será desfeito e refeito pela contratada, sem ônus para a Prefeitura;

8.26. Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação;

8.27. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.28. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo, cabendo-lhe, especialmente, as seguintes obrigações:

8.28.1. Emitir e entregar à contratante a apólice de seguro, contendo todas as coberturas previstas neste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

8.28.2. Garantir a cobertura securitária para todos os veículos indicados pela contratante, conforme as condições estabelecidas na apólice.

8.28.3. Disponibilizar atendimento e assistência 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias da semana, em todo o território nacional, em casos de pane, acidente, furto ou roubo.

8.28.4. Disponibilizar os serviços de assistência previstos na apólice, incluindo, no mínimo:

- a) Serviço de guincho ou reboque do veículo;
- b) Socorro mecânico emergencial;
- c) Serviço de chaveiro;
- d) Transporte dos ocupantes do veículo em caso de imobilização.

8.28.5. Indicar, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) representante ou preposto, responsável por acompanhar a execução contratual e atender às solicitações da contratante.

8.28.6. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela contratante, sempre que necessário.

8.28.7. Comunicar imediatamente à contratante qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução dos serviços ou gerar atraso no atendimento das ocorrências.

8.28.8. Realizar os procedimentos necessários para abertura, acompanhamento e conclusão de processos de sinistro, garantindo o suporte necessário à contratante.

8.28.9. Cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à atividade securitária, bem como as normas e regulamentações expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

8.28.10. Atender prontamente às solicitações da contratante relacionadas à inclusão, exclusão ou substituição de veículos na apólice, mediante emissão de endosso.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da ordem de início emitida pela SMCAS, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Compete à Contratante, além das demais atribuições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, as seguintes obrigações:

10.1.1. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

10.1.2. Fornecer à contratada todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários para a correta execução do objeto contratado.

10.1.3. Permitir e facilitar a vistoria dos veículos segurados, sempre que necessário para a emissão ou manutenção das apólices.

10.1.4. Comunicar imediatamente à contratada a ocorrência de sinistros, envolvendo os veículos segurados, fornecendo as informações necessárias para abertura e acompanhamento do processo de indenização.

10.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores designados para exercer as funções de gestor e fiscal do contrato.

10.1.6. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.1.7. Solicitar a inclusão, exclusão ou substituição de veículos na apólice, sempre que houver alteração na frota da Secretaria, mediante comunicação formal à contratada.

10.1.8. Proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços, garantindo que a contratada tenha acesso às informações e aos veículos necessários para cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.9. Atestar a execução dos serviços para fins de liberação do pagamento, após verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2. Efetuar os pagamentos devido, no prazo contratual;

10.3. Comunicar à CONTRATADA as irregularidades manifestadas com relação aos serviços prestados;

10.4. Fiscalizar a correta execução do objeto contratual aplicando, se necessário, as sanções e/ou penalidades constantes neste contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 10.5.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências dos prédios utilizados pela Administração Pública no município de Cachoeirinha, RS;
- 10.6.** Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 11.1** As despesas decorrentes deste contrato serão lançadas na seguinte unidade orçamentária, da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social:

Código Reduzido: 1381

Órgão: 12 - SECRETARIA MUN. DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2119 - Manut dos Serv da Prot Social Esp de Alta Complexidade

Vínculo: 26601259 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial- SUAS/MDS

Subelemento: 33390396900000000000 - Seguros em geral

Código Reduzido: 1429

Órgão: 12 - SECRETARIA MUN DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2117 - Manutenção dos Serviços da Proteção Social Básica

Vínculo: 26601262 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/APOIO FINANCEIRO AO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- SUAS/MDS

Subelemento: 33390396900000000000 - Seguros em geral

Código Reduzido: 480

Órgão: 12 - SECRETARIA MUN DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2114 - Manut.da Gestão do Progr Bolsa Família e do Cadastro Único

Vínculo: 16601117 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS / APOIO FINANCEIRO COM BASE NO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGDSUAS

Subelemento: 33390396900000000000 - Seguros em geral

Código Reduzido: 467

Órgão: 12 - SECRETARIA MUN DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Ação: 2125 - Manutenção do PROCON

Vínculo: 17591126 - Recursos Vinculados a Fundos / FMDC

Subelemento: 33390396900000000000 - Seguros em geral

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.1. Gestor(a) da ARP / Contrato: Carla Bastos Lacerda da Silveira. Matrícula: 991561

12.1.2. Fiscal(is) da ARP / Contrato: Antônio Cícero da Silva. Matrícula: 96426

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

12.3. Verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Legislação vigente;

12.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

12.8. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, referente à mão de obra alocada em sua execução, inclusive às verbas rescisórias;

12.9. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.9.1. Fiscalizações mensais, se necessário (a serem feitas antes do pagamento da fatura).

12.9.2. Consulta da situação da empresa junto ao SICAF ou no caso de a mesma não possuir tal cadastro, nos sites das respectivas fazendas públicas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

12.10. A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidor devidamente designado, cujas atribuições básicas, além de outras, são:

12.10.1. Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

12.10.2. Emitir pareceres em todos os atos das empresas relativas à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações, rescisões ou quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços;

12.10.3. Solicitar substituições quando julgar necessárias.

12.11. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços objeto desta Contratação;

12.12. As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do(a) Secretário(a) de Saúde do Município, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

12.13. As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Município serão registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência;

12.14. A fiscalização da Administração não permitirá que se executem tarefas em desacordo com as tarefas preestabelecidas;

12.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e preposto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, sendo necessário termo aditivo para readequação do cronograma físico-financeiro.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) ADVERTÊNCIA, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2) inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.
- II.5) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.
- II.6) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

III) A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

- III.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III.2) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

III.5) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

IV.1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

IV.2) Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se o CONTRATADO:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV.3) Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando o CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV.4) Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV.5) Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV.6) Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

14.3. Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

- I) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- II) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.4. Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.7. Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

14.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO
ECONÔMICO-FINANCEIRO**

15.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão respondidos pelo Gestor do Contrato e pelo Secretário da pasta no prazo máximo de 30 dias, sendo a decisão, caso favorável, encaminhada para a Superintendência de Compras e Licitações para confecção de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cachoeirinha, RS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fazem parte integrante deste contrato o Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

18.2. E, por estarem justos e combinados e de comum acordo com todas as cláusulas e condições aqui previstas, fica lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que será assinado pelas partes interessadas.

Cachoeirinha/RS, de de 2026.

JUSSARA MARIA DA SILVA
Prefeita Municipal